POLÍTICA DE PRIVACIDADE E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

INTRODUÇÃO

A Câmara Municipal da Covilhã, doravante CMC, é, nos termos da lei, o órgão executivo do Município da Covilhã, entidade de natureza pública que visa a prossecução do interesse público municipal.

No exercício das suas funções, a CMC procede ao tratamento de dados pessoais, conforme definidos no Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do conselho de 27 de Abril de 2016 (doravante RGPD).

A CMC cumpre também a legislação portuguesa respeitante ao tratamento de dados pessoais, nomeadamente a lei de execução do RGPD no território nacional (Lei nº 58/2019 de 8 de agosto – doravante lei de execução).

A CMC é a responsável pelo tratamento de dados pessoais.

A CMC elaborou o presente instrumento de política de privacidade e proteção de dados pessoais tendo em vista o tratamento de dados das pessoas singulares no âmbito do acesso e da utilização da Piscina Municipal da Covilhã.

RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO DE DADOS

Câmara Municipal da Covilhã

NIPC: 505330768

Morada: Praça do Município, 6200-151 Covilhã

Contactos: 275330600

Encarregado de Proteção de Dados: protecao.dados@cm-covilha.pt

OS DADOS PESSOAIS E O SEU TRATAMENTO

Nos termos do RGPD, a CMC procede ao tratamento dos seguintes dados pessoais, no âmbito da utilização da Piscina Municipal da Covilhã:

Nome;

Número de identificação fiscal (NIF);

Número de Cartão de Cidadão ou equivalente;

Endereço de correio eletrónico (email);

Morada;

Data de nascimento;

Número de telefone/telemóvel.

Ainda de acordo com o RGPD, *tratamento* de dados pessoais, é uma operação ou conjunto de operações efetuada sobre dados pessoais tais como recolha, registo, conservação, consulta, utilização ou transmissão.

A CMC é a autoridade pública que determina as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais.

FUNDAMENTO DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Para os efeitos do portal "Piscina Municipal da Covilhã", a CMC trata os dados pessoais que recolhe com base:

Na necessidade de cumprimento de obrigação jurídica a que a CMC está adstrita, nomeadamente, obrigações fiscais (art. 6º, nº 1, al. c) do RGPD);

Na necessidade do exercício de funções de interesse público de que a CMC está investida e de cumprimento de obrigação jurídica, nomeadamente, a promoção do exercício físico e do desporto, nos termos do disposto no art. 6º da Lei nº 5/2007 de 16 de janeiro e al. f) do nº 2 do art. 23º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (art. 6º, nº 1, al. c) e e) do RGPD;

Na necessidade de contratação de seguro desportivo (art. 6º nº 1 al. b) do RGPD).

FINALIDADE DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Para os presentes efeitos, a CMC trata os dados pessoais que recolhe tendo em vista a realização das suas funções legais em ordem à realização do interesse público e na gestão da Piscina Municipal, nomeadamente:

Emissão e envio de faturas (Nome e NIF);

Gestão de entradas e saídas das instalações da Piscina Municipal (Cartão de Cidadão);

Gestão de escalões (data de nascimento);

Gestão de seguro desportivo;

Comunicação rápida e urgente com os utentes da Piscina Municipal (email e telefone/telemóvel.

DURAÇÃO DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais recolhidos são mantidos pelo tempo estritamente necessário à consecução das finalidades em causa:

Dados com relevância fiscal, 10 anos;

Gestão de entradas e saídas da Piscina Municipal e contactos urgentes, durante a manutenção da inscrição dos utentes;

Sem prejuízo do tratamento para fins de arquivo de interesse público ou fins de investigação científica ou histórica, nos termos do RGPD e da Lei de Execução.

Sempre que a lei preveja prazo de arquivo de dados pessoais, estes serão conservados pelo prazo legalmente previsto.

PRINCÍPIOS QUE ENFORMAM O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

O tratamento dos dados pessoais recolhidos pela CMC respeitam os seguintes princípios:

Princípio da licitude, da lealdade e da transparência;

Princípio da limitação das finalidades;

Princípio da minimização dos dados;

Princípio da exatidão e integridade;

Princípio da limitação da conservação;

Princípio da integridade e confidencialidade;

Princípio da responsabilidade.

DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS

Direito de acesso: o titular dos dados tem direito a ser informado sobre as finalidades do tratamento, das categorias de dados recolhidos, do prazo de conservação, e sobre os destinatários dos mesmos;

Direito de apresentar reclamação a uma autoridade de controlo;

Direito de retificação dos dados: o titular dos dados tem direito a retificar os seus dados pessoais inexatos;

Direito ao apagamento dos dados: o titular dos dados tem direito a requerer o apagamento dos seus dados pessoais, exceto se o tratamento se destinar ao exercício da liberdade de expressão ou de informação, ao cumprimento de uma obrigação legal, por motivos de interesse público ou para fins de arquivo público, investigação cientifica ou histórica ou para efeitos de exercício ou defesa de um direito em processo judicial;

Direito de portabilidade dos dados: o titular dos dados tem direito a transmitir os seus dados a outro responsável pelo tratamento de dados;

Direito de oposição: o titular dos dados tem direito a opor-se ao seu tratamento, a não ser que haja razões imperiosas e legítimas para o mesmo;

Direito à limitação do tratamento: o titular dos dados tem direito à limitação do tratamento no caso de inexatidão dos dados, ilicitude do tratamento ou desnecessidade do tratamento para o responsável pelo tratamento.

O titular dos dados pessoais pode apresentar queixa à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), a recorrer aos meios de tutela administrativa e aos meios de tutela jurisdicional.

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS POR SUBCONTRATANTE

A CMC contratou com entidade externa o tratamento de dados pessoais recolhidos no âmbito da Piscina Municipal.

A CMC recorre apenas a subcontratantes que apresentam garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas ao tratamento de dados pessoais nos termos do RGPD e da Lei de Execução e mediante as instruções documentadas da CMC.

No âmbito da gestão da Piscina Municipal, CMC e a entidade externa subcontratante celebraram um Acordo de Tratamento de Dados, o qual estabelece as condições e os termos segundo os quais o subcontratante se compromete a realizar o tratamento dos dados pessoais do utente que lhe forem confiados.

Caso o subcontratante contrate o tratamento dos dados pessoais com terceiro, aquele assegura que o terceiro cumpre os termos e condições de tratamento exigidos pela CMC.

AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS

Sempre que o tratamento de dados pessoais for suscetível de implicar um elevado risco para os direitos e liberdades de pessoas singulares, a CMC, antes de inicial o tratamento, procede a uma avaliação de impacto das operações para o tratamento.

SEGURANÇA E PRIVACIDADE NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

A CMC procura implementar as mais recentes tecnologias de informação e comunicação no sentido de proteger os dados pessoais, tanto no momento da definição dos meios de tratamento como no momento do próprio tratamento, destinadas a aplicar os já referidos princípios de proteção de dados pessoais.

A CMC assegura que o subcontratante e eventuais ulteriores contratantes implementam as mais recentes tecnologias de informação e comunicação no sentido de proteger os dados pessoais, tanto no momento da definição dos meios de tratamento como no momento do próprio tratamento

WEBSITE

ENCARREGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS

Por aplicação do disposto no RGPD e na Lei de Execução, a CMC designou um encarregado de proteção de dados cujo meio de contacto é o seguinte:

Protecao.dados@cm-covilha.pt